

# PROJETOS PARA O MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA E ÁREA ENVOLVENTE

João Mendes Ribeiro  
Rui Lobo  
(coord.)

Atelier de Projeto II-A  
Mestrado Integrado  
em Arquitetura

2019-20



DARQ DOCS eldarq

título

Projetos para o Mosteiro  
de Santa Cruz de Coimbra e Área Envolvente

coordenação

João Mendes Ribeiro  
Rui Lobo

unidade curricular

Atelier de Projeto II-A  
Mestrado Integrado em Arquitetura

ano letivo

2019-20

coleção

**DARQ DOCS**

edição

**eldlarq**

Editorial do Departamento de Arquitetura  
da Faculdade de Ciências e Tecnologia  
da Universidade de Coimbra

Colégio das Artes, Largo D. Dinis  
3000-143 Coimbra

t: +351 239 851 350

f: +351 239 829 220

e: edarq@uc.pt

w: www.uc.pt/fctuc/darq/editorial

design do modelo gráfico

Editorial do Departamento de Arquitetura  
da Faculdade de Ciências e Tecnologia  
da Universidade de Coimbra

composição da edição

Susana Lobo

Miguel Alberto

impressão e acabamento

Nozzle, Lda.

ISBN

978-989-53257-5-7

depósito legal

498461/22

Abril 2022



Esta publicação foi financiada por FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto SANTACRUZ com a referência POCI-01-0145-FEDER-030704 - PTDC/ART-DAQ/30704/2017



# PROJETOS PARA O MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA E ÁREA ENVOLVENTE

João Mendes Ribeiro

Rui Lobo

(coord.)

Atelier de Projeto II-A

Mestrado Integrado em Arquitetura

2019-20

## SUMÁRIO

- 7 **Introdução**  
Rui Lobo
- Textos**
- 13 **O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: uma história arquitetónica**  
Rui Lobo
- 23 **Mosteiro de Santa Cruz: património e musealização do espaço**  
Maria de Lurdes Craveiro
- 29 **Da clausura à centralidade: o processo de modernização de Coimbra a partir do antigo Mosteiro de Santa Cruz**  
Margarida Relvão Calmeiro
- 35 **Diálogos com a preexistência: leitura crítica de projetos de intervenção no património cultural edificado de Coimbra nas últimas décadas**  
Mariana Lunardi Vetrone
- 41 **Processo histórico da preservação de bens culturais: teorias de restauro desde o racional-funcionalismo à exaltação do valor artístico da obra**  
Fernanda Vierno de Moura
- 47 **Patologias pétreas nas fachadas de edifícios religiosos da Baixa de Coimbra**  
Pedro Manuel Tavares  
Sofia Salema
- 51 **Termas romanas de São Pedro do Sul: ligar fragmentos**  
João Mendes Ribeiro
- 55 **Conservação, restauro e valorização do Mosteiro de Santa Cruz**  
Desirée Pedro
- Propostas**
- 65 **Projeto de valorização, reabilitação e conservação do Mosteiro de Santa Cruz e área envolvente**  
João Mendes Ribeiro
- 72 **Grupo A**  
Duarte Sobral  
Rita Sousa  
Tatiana Carvalho
- 92 **Grupo B**  
Rafael Rebimbas  
Sofia Eghteda
- 112 **Grupo C**  
Júlia Vidotti  
Miguel Góis
- 132 **Grupo D**  
Carolina Magalhães  
Gabriela Rebelo
- 152 **Grupo E**  
Fábio Almeida  
Inês Correia  
Nadège Barros
- Exposição**
- 175 **Projetos para o Mosteiro + recriação 3D in situ da “Última Ceia” de Hodart**  
Rui Lobo  
João Mendes Ribeiro  
Mauro Costa Couceiro  
Susana Lobo

IFIS

**TEXTOS**

# O MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA: UMA HISTÓRIA ARQUITETÓNICA

Rui Lobo

Universidade de Coimbra, CES / DARQ

O Mosteiro de Santa Cruz, sede portuguesa dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, foi, ao longo dos tempos, uma das mais importantes casas religiosas do país, com importantes ligações à Coroa. Foi também, desde o início, um relevante centro cultural da emergente nação portuguesa. Fundado com o apoio direto de D. Afonso Henriques, sofreria importantes reformas arquitetónicas promovidas por D. Manuel e, logo depois, por D. João III, ambas ocorridas na primeira metade do século XVI. Transformações importantes ocorreriam também nos séculos XVII e XVIII, como veremos.

Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, deu-se início a um processo de ocupação desregrada dos edifícios monásticos, que levou à demolição de partes significativas do conjunto, como a fachada monástica e o Claustro da Portaria, substituídos pelo edifício da Câmara Municipal em 1876-79. Implantado fora de muralhas, no fundo do Vale da Ribela, que contorna a colina da Alta de Coimbra pelo lado Norte, seria por esse vale que se faria o desenvolvimento urbano da cidade em direção a nascente, com a abertura da avenida Sá da Bandeira em finais do século XIX e inícios do século XX. Tentaremos resumir, neste breve texto, as principais etapas da história arquitetónica do edifício do mosteiro crúzio, desde a sua origem até aos nossos dias.

## O mosteiro medieval

O Mosteiro de Santa Cruz foi fundado pelo arcebispo D. Telo, pelo mestre-escola da Sé D. João Peculiar, e por um grupo de mais 11 cónegos (entre os quais Teotónio, futuro santo) em 1131, na sequência da oferta de uns banhos régios feita pelo Rei D. Afonso Henriques (Martins, 2003: 164-167).

A primeira igreja já deveria estar terminada em 1150, ano em que foi sagrado o altar da capela-mor (Correia e Gonçalves, 1947: 40). É possível que a obra tenha sido acrescentada, pois a igreja seria dedicada anos mais tarde, em 1229, na presença do legado papal Cardeal D. João de Abbeville (Martins, 2003: 203).

A igreja foi reconstruída no início do século XVI, pelo que é muito difícil sabermos hoje a sua estrutura inicial. A fachada original, cuja base estrutural ainda subsiste, teria um corpo central, albergando a entrada, e dois contrafortes angulares, tal como a coeva Sé Velha. Por outro lado, a partir do registo de quatro arcos que se vêem em cada uma das paredes laterais, imediatamente sob a abóbada do atual coro alto (Fig.1), António Nogueira Gonçalves aventou a hipótese de existência de um nártex com tribuna sobreposta na entrada da igreja românica (Gonçalves, 1940, 1942) – hipótese que outros autores fizeram evoluir para uma “torre-nártex” próxima da de outra importante igreja dos Cónegos Regrantes, começada um pouco mais tarde, a de S. Vicente de Fora, em Lisboa.



Figura 1 - Arcos da igreja românica de Santa Cruz. Fotografia do autor.

Julgamos, porém, que as duas situações – a semelhança com a fachada da Sé Velha e a hipótese do “nártex-tribuna” (ou ainda da “torre-nártex”) – são dificilmente conciliáveis, pelo que, a nosso ver, se deve optar por uma ou pela outra. A parecença com a fachada da Sé Velha parece-nos um dado mais seguro e convincente. A proposta do “nártex-tribuna” tem implicado, também, a proposta de uma nave única subsequente, coberta por uma abóbada de berço, apoiada sobre eventuais capelas laterais (Gonçalves, 1940, 1942). Pensamos, contudo, que se deve excluir liminarmente esta hipótese. Tal abóbada, vencendo um vão de cerca de 11 metros, seria amplíssima para a época, e impossibilitaria, certamente, a construção da pouco robusta Capela dos Mártires de Marrocos, em estilo gótico, adossada ao flanco sul da nave, em meados do século XV. Assim, e quanto a nós, a hipótese de uma igreja de três naves (tal como a Sé Velha...) parece fazer muito mais sentido<sup>1</sup>.

O mosteiro teria provavelmente um claustro de feição românica, seguramente de piso único e de cobertura em estrutura de madeira, sensivelmente onde se situa hoje o Claustro do Silêncio. A sua posição recuada em relação à

igreja pode dever-se à pré-existência de casas no espaço imediatamente a norte da atual igreja, mais alongada. Estas casas terão albergado, desde o século XII, a comunidade feminina das Donas de S. João, que seria provida, em época incerta, de uma igreja própria com acesso desde o exterior<sup>2</sup>.

O mosteiro, dada a sua implantação fora de muralhas, teria também uma cerca própria, pontuada por torres, uma das quais seria convertida em torre dos sinos, a partir de meados do século XVI (Alarcão, 2013: 47).

#### **A reforma manuelina**

Em 1507, D. Manuel ordenou a reconstrução quase total da construção românica. Após a morte do Prior D. João de Noronha, em 1505, o Papa Júlio II pretendeu nomear um seu sobrinho, Galiotto della Rovere, como Prior-mor, de modo a que este beneficiasse dos avultados rendimentos da casa (Dias, 1982: 105; Craveiro, 2011: 23). O Rei opôs-se a esta estratagem, avisando que o dinheiro seria necessário para importantes obras de melhoramento. Após a desistência da pretensão papal, D. Manuel colocaria o Bispo da Guarda, D. Pedro Gavião, à frente do mosteiro.





Figura 2 - Abóbadas da nave e da capela-mor da Igreja de Santa Cruz (Diogo de Boitac, 1507-1514). Fotografia do autor.

Nogueira Gonçalves dividiu em três fases a empreitada que se seguiria (Correia e Gonçalves, 1947: 41). Uma primeira, a cargo de Diogo Boitac, na qual este mestre-arquiteto (responsável também pelo estaleiro do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa) reformaria por completo a igreja, demolindo as abóbadas românicas e fazendo uma nova abóbada gótica sobre o corpo de uma alongada nave (Fig.2). Faria também a nova e ampla capela-mor, cuja abóbada ostenta os símbolos do monarca.

Seguiu-se uma segunda fase, após a morte do Prior, a cargo de Marcos Pires, que faria o coroamento exterior da igreja e que seria o responsável pela reconstrução do claustro, em estilo manuelino (1517-1521). Neste período fizeram-se também os túmulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I (1518-1522), obra executada por Diogo de Castilho e cujo desenho tem sido atribuído ao seu irmão João de Castilho (Dias, 1982: 141). Nicolau Chanterene faria as esculturas jacentes dos reis. Originalmente, as composições tumulares estavam colocadas no troço final da nave, e não na capela-mor, como hoje (Craveiro, 2011: 98).

Uma terceira e última fase, já após a morte de D. Manuel (1521), consistiu na execução do portal principal da igreja, em pedra de Ançã, por Diogo de Castilho, com a estatuária original atribuída a Nicolau Chanterene. O escultor francês executaria também o notável púlpito da igreja e os relevos do claustro, representando cenas da Paixão de Cristo, em quadros de espacialidade totalmente renascentista. Dos quatro relevos originais, colocados nos ângulos da quadra, sobram apenas três: o Ecce Homo, Cristo com a cruz às costas e a deposição no túmulo, estando naturalmente em falta a imagem da crucificação.

Também nesta época terá ficado pronto o retábulo da igreja (1522-1530), pintado por Cristóvão de Figueiredo, retábulo mais tarde desmontado e do qual ainda restam algumas telas – alusivas ao tema da Santa Cruz – na sacristia e em alguns museus portugueses.

D. Manuel manteve em funcionamento o mosteiro feminino de S. João da Donas, onde hoje se situa o edifício da Câmara Municipal. É possível que tenha mandado reformar a sua igreja, a norte da igreja crúzia. Julgamos, no entanto, que a Igreja das Donas não era o espaço de acesso que hoje subsiste no intervalo entre o edifício da Câmara e a igreja principal. Seria uma igreja de nave única, de dois tramos de abóbadas de ogiva, da qual esse espaço, hoje de acesso, constituía uma capela lateral. Vestígios de uma dessas abóbadas (a da capela--mor) ainda se podem ver na escada que sobe ao primeiro andar do Claustro do Silêncio e que dá também acesso ao coro alto.

### **A reforma joanina**

Seria de esperar, após as obras ordenadas por D. Manuel, que o mosteiro não sofreria novas obras durante algum tempo. D. João III teve ideia diferente. Depois de ter passado metade do ano de 1527 em Coimbra, resolveu implementar uma campanha de reforma geral das ordens religiosas portuguesas, no sentido de impor a moralização do clero regular começando, justamente, pelos Cónegos Regrantes – e pela sua sede conimbricense – por meio de novas constituições que reforçavam a clausura dos religiosos. Como contrapartida o Rei aumentaria o espaço disponível. As obras seriam pagas pelas avultadas rendas monásticas, tendo para isso colocado à frente da casa um Reformador, o frade jerónimo Frei Brás de Barros (ou de Braga).

D. João III ordenou a extinção do mosteiro feminino das Donas e a construção de uma nova entrada monástica virada para o Largo de Sansão, que se realizou em torno de um novo claustro, o Claustro da Portaria. Também pensou a extensão do edifício para o lado oposto, a nascente, criando um terceiro claustro, o Claustro da Manga, cujo esquema o Rei terá desenhado, in loco (em 1527), “em a manga da



Figura 3 - Antigo refeitório (Diogo de Castilho, 1530). Fotografia do autor.

roupa real de que estava vestido” (Mendanha, 1541 *apud* Révah, 1957). Ligando os três claustros, pensou num extenso dormitório alto, de celas individuais, a um lado e outro de um longo corredor (Lobo, 2006:51)<sup>3</sup>. Sob esse novo dormitório, mandou construir um novo refeitório, no lanço norte do Claustro do Silêncio. Ordenou ainda a construção de uma nova livraria, no piso alto entre os Claustros da Portaria e do Silêncio. Paralelamente, mandou fazer um coro alto sobre a entrada da igreja de Santa Cruz e ordenou a construção de uma nova igreja paroquial de S. João (substituindo a Igreja de S. João das Donas), agora a sul da igreja monástica.

A maioria dos novos espaços foram cobertos por Diogo de Castilho (entre 1528 e 1531) ainda no sistema tardo-gótico, por meio de amplas abóbadas de ogivas, como é o caso do refeitório (Fig. 3), do coro-alto da igreja monástica e da nova igreja paroquial. João de Ruão ensaiaria a nova estética do Renascimento na construção de arcos clássicos (na igreja e no coro-alto) e de abóbadas também clássicas, na cobertura de espaços mais contidos, como na pequena capela da ala norte do claustro do silêncio. Temos conhecimento da existência a abóbadas clássicas, em madeira, noutros

espaços desaparecidos do mosteiro (Lobo, 2020), como a Capela do Espírito Santo (no Claustro da Portaria), a capela da enfermaria, ou a extensa abóbada do corredor do dormitório, executada por Pedro Anes. É possível que uma abóbada clássica cobrisse também o pequeno espaço sobre-elevado, no topo nascente do refeitório, hoje emparedado, onde Hodart colocaria uma notável Última Ceia de figuras de terracota, à escala real, realizada entre 1531 e 1534, hoje no Museu Nacional de Machado de Castro.

Finalmente, em 1533, Frei Brás de Braga encomendaria a construção da Fonte da Manga, no centro do claustro com o mesmo nome (Fig.4), realizada por João de Ruão. Composição com uma cúpula central, suportada por colunas coríntias, cobrindo a fonte, com quatro tanques de água em forma de “L” e quatro cubelos angulares, onde os frades se poderiam recolher em meditação (puxando pontes levadiças de madeira, que já não existem), serviria como lembrança permanente do alcance espiritual da reforma monástica então encetada (Abreu, 2008-09).



Figura 4 - Claustro da Manga, c.º 1880. Fotografia de José Sartoris (Coleção Alexandre Ramires).

O mesmo frei Brás de Braga, preparando a vinda da Universidade para Coimbra, instituiu ainda, em 1535, dois colégios universitários onde se ensinavam as artes e humanidades simultaneamente aos crúzios e a alunos externos – os colégios de Stº Agostinho e de S. João Baptista. No âmbito do modelo 3D que estamos a realizar para o Projeto Santa Cruz, pudemos reconstituir os seis gerais (três em baixo e três em cima) do primeiro desses colégios, que veio ocupar a igreja gótica de S. João das Donas e que corresponde ao corpo marcado por um pórtico clássico, de entablamento reto, suportado por colunas, que se pode ver no famoso desenho de José Carlos Magne, de 1796. Os alunos externos entravam pelo patamar lajeado fronteiro ao mosteiro – “em este tavoleyro há grande concurso de estudantes” (Mendanha, 1541 *apud* Révah, 1957). Os cónegos e noviços assistiam às lições desde janelas com grades nos dois andares do Claustro da Portaria. O outro colégio, de S. João Baptista, localizava-se por cima da nova igreja de S. João.

Já com a Universidade em Coimbra (1537), Frei Brás organizaria a operação urbanística de abertura da

amplíssima Rua de Santa Sofia (Lobo, 2006: 67-85), que arrancava do mosteiro crúzio para norte, onde se deveriam instalar os colégios da nova universidade reformada.

#### **Obras dos Séculos XVII e XVIII**

Ainda no século XVI, deve registar-se a obra da Capela de S. Teotónio, no topo sul da sala do capítulo manuelina, marcada por um imponente arco triunfal clássico, realizada por Tomé Velho, em 1582-88, no gosto maneirista, muito ornamentado, comum em Coimbra nesta época.

No início do século seguinte decidiu-se substituir o retábulo da igreja monástica por um novo, pintado por Domingos Vieira Serrão e Simão Rodrigues, que mantinha o tema da descoberta da Santa Cruz por Santa Helena. Seria desmontado mais tarde, para dar lugar ao retábulo barroco atual. As belíssimas quatro telas principais estão hoje no Colégio do Carmo, na Rua da Sofia (Serrão, 2005).

Pouco anos volvidos, em 1622, o mosteiro decidiu investir numa obra excecional – a sacristia nova, coberta com uma magnífica abóbada de caixotões octogonais (Fig. 5).



Figura 5 - Sacristia de Santa Cruz (Baltasar Álvares, 1622). Fotografia do autor.

Esta obra foi recentemente atribuída a Baltasar Álvares (Branco, 2013: 70-74), o maior arquiteto português da sua época. A atribuição justifica-se pelo emprego de quatro mascarões, ou carrancas, sobre as portas principais, representativos dos “estados de espírito”, semelhantes a peças idênticas que o arquiteto terá observado na sua viagem ao norte de Itália, e que surgem também na fachada da igreja dos jesuítas, atribuída ao mesmo arquiteto.

Também por esta época se completou um último troço do dormitório até à fachada do mosteiro (Santa Maria, 1668: II, 95), e sobre essa mesma fachada acrescentou-se mais um piso, uma galeria que ligava o dormitório ao coro alto da igreja, a “Galeria dos Papas” que ostentava retratos dos sumos pontífices da ordem de Santo Agostinho. Fez-se também uma sala alta que servia de miradouro sobre a cidade baixa e o vale do Mondego (Santa Maria, 1668: II, 95). É a frente que se pode ver no já referido desenho de Magne, realizado em 1796. Ainda em meados do século XVII, ter-se-á começado a construção de uma nova enfermaria, do lado norte da horta por detrás do mosteiro, base do atual edifício da escola Jaime Cortesão. Parece que este edifício

foi melhorado e reformado no século XVIII, tendo albergado a residência do Prior e a nova Biblioteca do Mosteiro. Datam desta época as claraboias que iluminam o corredor (Correia e Gonçalves, 1947: 58). Era conhecido, no século XIX, por “Dormitório do Pilar” (Silva, 1972-73: XXI, 146, 152, 163, 268) o que admite crer que tenha sido adaptado a esta função nessa ocasião. Tinha ligação direta com o dormitório do piso alto do mosteiro através de um arco, mais tarde conhecido como Arco do Correio, depois demolido. Seguiu-se às dependências do Prior um jardim formal, de que ainda sobram dois dos quatro pequenos torreões angulares, versões pequenas dos torreões que marcam a entrada do Jardim da Sereia, pertencente aos Cónegos Regrantas, possivelmente levantados na mesma época – no priorado de Fr. Gaspar da Encarnação, entre 1723 e 1752 (mais precisamente, após 1736. Duarte, 2017: 19). Recentemente, foi proposto que o arco barroco que está hoje na Praça 8 de Maio diante da igreja, marcava a entrada deste pequeno jardim formal (Silva, 2021: 576). Sabemos que existiu também um “escadório”, hoje desaparecido, que ligava a zona da horta ao topo da Rua das Figueirinhas, para acesso ao Colégio Novo de Stº Agostinho (Silva, 1972-73: 269). É também do século XVIII a construção do remate superior, em forma de bolbo, da torre dos sinos, hoje inexistente, que se localizava a norte do mosteiro. Marcou durante décadas o perfil da Baixa da cidade.

Com efeito, as obras do século XVIII, não sendo menos significativas, têm sido menos estudadas. Terá sido neste século (c.1731) que se levantou o santuário, sala elítica, de gosto barroco, inserida em construção quadrangular, montada “a cavalo” das dependências monásticas situadas logo por detrás da capela-mor. Lurdes Craveiro apontou recentemente a possibilidade de ter sido desenhado por João Francisco Ludovice, o arquiteto do Palácio-Convento de Mafra (Craveiro, 2011:149). Foi também nesta centúria que se realizou uma importante transformação do interior da igreja visando transformá-la numa igreja barroca. Colocou-se o atual retábulo, na capela-mor, e também o órgão, em posição elevada, a meio do lado esquerdo da nave. Fez-se nova porta principal de acesso à igreja, que substituiu a porta dupla manuelina, separada por um mainel. Foram também introduzidos motivos barrocos em redor das janelas e sobre o arco triunfal da capela-mor. Cobriram-se os esguios suportes salomónicos, manuelinos, das abóbadas da nave, e respetivas mísulas de apoio, por meias colunas clássicas apoiadas em cornucópias barrocas, como se pode ver numa fotografia antiga da nave<sup>4</sup>. Esta últimas alterações seriam revertidas em intervenção de restauro, realizada em finais do século XIX, que também substituiu dois aparatosos portais maneiristas que existiam nas paredes laterais da capela-mor, para acesso à mesma, pelos singelos portais “manuelinos” que atualmente subsistem<sup>5</sup>.

### **As destruições dos séculos XIX e XX**

Em 30 de Maio de 1834, o ministro do novo governo liberal Joaquim António de Aguiar (o “mata-fades”), cuja estátua preside hoje ao Largo da Portagem, assinava o decreto da extinção das ordens religiosas em Portugal. Essa resolução seria particularmente funesta para o mosteiro. A sua repartição por diversas entidades públicas levaria à construção de obras avulsas e à destruição progressiva do conjunto monástico, ainda que um documento posterior a 1866 chamasse a atenção para a necessidade de “conservação de um edifício tão vasto, e de um monumento tão respeitável, cuja ruína se deve evitar a todo o custo” (Silva, 1972-73: 267).

A parte dos Claustros da Portaria e do Silêncio foi atribuído à Câmara Municipal, os lanços envolventes do Claustro da Manga destinaram-se ao Correio, Malaposta e Direção de Obras Públicas do Mondego, o celeiro destinou-se à nova prisão da cidade e o Dormitório do Pilar foi atribuído à Roda dos Expostos, onde residiam as crianças enjeitadas do distrito. Por fim, a horta monástica foi destinada ao mercado municipal, inaugurado em 1867 (Calmeiro, 2021: 92, 106).

As destruições começaram logo em 1859(?) com a demolição do corpo da antiga hospedaria, entre a esquina da fachada da Praça 8 de Maio e o edifício do celeiro, assumindo-se a circulação urbana no antigo pátio do Mosteiro. Pela mesma época elevou-se a cêrcea do lanço nascente do Claustro da Manga para a Direção de Obras Públicas do Mondego, desenhando-se uma nova fachada neoclássica para o lado da horta. Esta estrutura serviria mais tarde como sede dos Correios Telégrafos e Telefones, vindo a sofrer um incêndio em 1926.

Entre 1858 e 1866 deu-se o alargamento da Rua de Coruche, conformando-se a atual Rua Visconde da Luz (Silva, 1972-73: XXVIII-XXIX), que levou ao alteamento da Praça 8 de Maio. Em consequência dessa importante obra urbana a porta da igreja monástica ficou semi-enterrada, uma vez que era necessário descer-se uma série de degraus para aceder ao templo, situação que se manteve até ao final do século XX. E em 1876 começou a demolição de todo o corpo monástico sobre a Praça 8 de Maio, dando lugar ao novo edifício da Câmara Municipal, concluído em 1879. Na senda destas alterações destruir-se-ia a fachada barroca da igreja paroquial de S. João de Santa Cruz, igreja que serviria para as mais diversas funções (cangalheiro, esquadra da polícia, loja de ferragens) antes da feliz adaptação a Café Santa Cruz, pelo arquiteto Jaime Inácio dos Santos, inaugurado em 1923. Constitui-se, assim, o café mais emblemático da cidade.

Noutra zona das dependências monásticas, demoliu-se, em 1888, o já mencionado Arco do Correio, assim como o

lanço norte do Claustro da Manga (que deixava assim de ser um claustro). Ganhou forma a nova Rua Olímpio Nicolau Fernandes e abria-se a possibilidade de expansão urbana para nascente, o que viria a suceder com a construção da Avenida Sá da Bandeira nos anos subsequentes. Paralelamente, deu-se a cedência do antigo refeitório monástico à nova Associação dos Artistas de Coimbra (1866), associação que não tomou devidamente conta da Última Ceia de Hodart, que ficou a seu cargo. Após Joaquim Possidónio da Silva (primeiro presidente da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses) as ter levado para Lisboa, seria António Augusto Gonçalves a trazer o conjunto de volta a Coimbra, de modo a integrar o espólio do “Museu Municipal” primeiro, e depois do Museu Machado de Castro, inaugurado em 1911. As esculturas foram recentemente restauradas e encontram-se hoje expostas numa ampla sala do renovado MNMC.

Finalmente, em 1935, deixou-se cair a torre dos sinos. Esta demolição escusada levou a recém-constituída DGEMN a realizar uma operação de rearranjo urbano da zona, de modo a recuperar a Fonte da Manga, demolindo-se as barracas da Escola Industrial e Artística Avelar Brotero que, entretanto, tinham aí sido instaladas. A operação esteve a cargo do arquiteto Luís Benavente, que projetou também as escadas e o restaurante que hoje subsistem, a sul. No patamar intermédio das escadas colocou-se uma fonte seiscentista que estava no Claustro do Silêncio, junto à porta do refeitório. Também nesta época fez-se o novo edifício dos Correios, do arquiteto Américo Silva Pinto, concluído em 1939.

### **O Mosteiro de Santa Cruz hoje e no futuro**

O antigo Mosteiro de Santa Cruz e toda a sua envolvente estão hoje muito transformados, sendo difícil ao visitante atual perceber a extensão e monumentalidade do antigo conjunto monástico. Quem visite hoje a igreja, sacristia, sala do capítulo, Claustro do Silêncio, refeitório e coro alto, pode não visitar a Fonte da Manga, apenas acessível contornando, pelo exterior, todo o quarteirão onde se implanta o antigo mosteiro e a Câmara Municipal. Por outro lado, algumas partes com valor patrimonial, como metade do piso alto do Claustro do Silêncio, ou a parte remanescente do dormitório renascentista, estão hoje adstritas a repartições municipais, não fazendo parte do circuito de visita. O magnífico Dormitório do Pilar alberga a Escola Secundária de Jaime Cortesão não sendo também (normalmente) visitável.

Uma importante melhoria recente foi a intervenção do arquiteto Fernando Távora na Praça 8 de Maio. O projeto, datado de 1997 e concluído em 2003, devolveu a dignidade à Igreja de Santa Cruz ao repor a cota original do espaço público diante do templo, que havia sido alterada com a abertura da Rua Visconde da Luz na década de 1860 (Fig. 6).



Figura 6 - Praça 8 de Maio (Fernando Távora, 2003). Fotografia do autor.

Julgamos que uma intervenção concertada sobre o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e área envolvente, com o intuito de constituir um centro museológico e interpretativo albergando algumas peças do seu inestimável espólio artístico, seria um projeto de grande importância para a cidade de Coimbra, com um enorme potencial para dinamizar e reabilitar toda a zona degradada da Baixa.

Independentemente do programa que se possa definir, julgamos que alguns aspetos de uma futura intervenção poderão ser pré-equacionados, em sintonia com o conceito de Paisagem Urbana Histórica, definido recentemente pela UNESCO (Unesco, 2011). Um desses aspetos poderia ser o de resguardar a Fonte da Manga do bulício da via pública, restituindo a noção de “claustro”, com o intuito de recuperar o contexto inicial de recolhimento e introspeção daquela peça renascentista. Outro poderia ser a recriação, com uma linguagem arquitetónica contemporânea, do volume vertical da antiga torre dos sinos, demolida em 1935, para um centro interpretativo da própria torre desaparecida, que poderia servir como marco visual da nova operação de reabilitação urbana e como miradouro sobre o antigo mosteiro e sobre



Figura 7 - Casa dos 24, Porto (Fernando Távora, 2002). Fotografia Wikimedia Commons (Manuel de Sousa, 2007).

a colina da Alta. A “Casa dos 24”, realizada junto da Sé do Porto, com projeto de Fernando Távora, é um excelente exemplo deste tipo de intervenção contemporânea (Fig. 7).

Por fim, devemos ter presente que o Mosteiro de Santa Cruz foi uma das mais relevantes casas religiosas portuguesas, a par dos Mosteiros de Alcobaça e da Batalha ou do Convento de Cristo em Tomar. Apesar das destruições a que foi sujeita durante os últimos 180 anos, pensamos que seria possível restaurar e reconstituir grande parte da presença urbana da antiga casa monástica, em pleno centro da Baixa de Coimbra. Para isso, bastará, certamente, haver vontade e capacidade política.

## Notas:

<sup>1</sup> Estamos a desenvolver com um nosso colega arquiteto luso-francês, Ilya Semionoff, a reconstituição hipotética da igreja românica original, com apoio também em uma investigação documental paralela sobre a doação e aquisição dos terrenos necessários à construção do mosteiro e da igreja, que está a ser realizada pela arquiteta Filipa Santos. A hipótese das três naves foi já defendida por Jorge Rodrigues (Rodrigues, 1995: 255).

<sup>2</sup> Far-se-á referência a essa igreja ao tratarmos da reforma manuelina do mosteiro.

<sup>3</sup> Apesar de estar consagrado na extensão total num contrato de 1530 esse dormitório só seria concluído mais tarde, na sua extremidade poente (sobre o Claustro da Portaria), já no século XVII.

<sup>4</sup> Fotografia antiga de Levy & Cie (1875). Coleção Alexandre Ramires.

<sup>5</sup> Fotografias antigas de José Sartoris, da coleção particular de Alexandre Ramires, dão conta destas alterações.

## Referências Bibliográficas:

- Abreu, Susana Matos. 2008-09. "A Fonte do Claustro da Manga, "espelho da perfeição: uma leitura iconológica da sua arquitectura", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Ciências e Técnicas do Património*, 1 Série, Volume VII-VIII: 33-52.
- Alarcão, Jorge de. 2013. *A Judiaria Velha de Coimbra e as Torres Sineiras de Santa Cruz*. Coimbra: CEAACP.
- Branco, Cátia Teles e Marques de Sousa. 2013. "A sacristia e a encomenda episcopal portuguesa no período da Reforma Católica. O caso da Sé de Coimbra e o patrocínio do bispo D. Afonso de Castelo Branco". Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- Calmeiro, Margarida Relvão. 2021. *Urbanismo antes dos planos: Coimbra 1834-1934*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- Correia, Vergílio e António Nogueira Gonçalves. 1947. *Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- Craveiro, Maria de Lurdes. 2011. *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: MC-DRCC.
- Dias, Pedro. 1982. *A Arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para o Renascimento*. Coimbra: Epartur.
- Duarte, Marco Daniel. 2017. *Contemplan o Paraíso. O Jardim de Santa Cruz de Coimbra*. Lisboa/Coimbra: Imprensa Nacional/Câmara Municipal de Coimbra.
- Gonçalves, António Nogueira. 1940. *A frontaria românica da Igreja de Stª Cruz de Coimbra*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- Gonçalves, António Nogueira. 1942. *O narthex românico da Igreja de Stª. Cruz de Coimbra*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Lobo, Rui. 2006. *Santa Cruz e a Rua da Sofia. Arquitetura e Urbanismo no século XVI*. Coimbra: Edarq.
- Lobo, Rui. 2020. "From sculpture to architecture: Jean de Rouen at the Monastery of Santa Cruz of Coimbra (c.1528-1535)". *DigitAR, Revista Digital de Arquitectura, Arqueologia e Artes*, 7: 84-107. <https://impactum-journals.uc.pt/digitar/article/view/9505/7094>
- Martins, Armando Alberto. 2003. *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Révah, Israel Salvador. 1957. "La «descriçãem e debuxo do moesteyro de SantaCruz de Coimbra»", *Boletim da Biblioteca da Universidade*, XXIII: 417-420.
- Rodrigues, Jorge. 1995. "A arquitectura românica". In *História da Arte Portuguesa*, Direção de Paulo Pereira, vol.I 182-263. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Santa Maria, Nicolau de. 1668. *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*. Lisboa: João da Costa (2 vols.).
- Serrão, Vitor. 2005. "Pittura senza tempo em Coimbra, cerca de 1600. As tábuas de Simão Rodrigues e Domingos Vieira Serrão na sacristia da igreja do Carmo", *Monumentos*, 25: 92-107.
- Silva, Armando Carneiro da (Org.). 1972-73. *Anais do Município de Coimbra 1840-1869*. Coimbra. Biblioteca Municipal.
- Silva, Ilídio 2021, "Princípio, fundação, união, reformação e progresso. O discurso dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses na arquitetura cenobítica (1128-1834)". Tese de Doutoramento, Universidade do Minho.
- UNESCO. 2011. *Recommendation on the Historic Urban Landscape adopted by the General Conference at its 36th session*. Paris: UNESCO. <http://www.historicurbanlandscape.com/themes/196/userfiles/download/2014/3/31/3ptdwsom3eihfb.pdf>